



A gestão da unidade de informação processos de obra particulares nos municípios do Algarve

Paulo Jorge dos Mártires Batista^a

^aMunicípio de Lisboa, batista.p@gmail.com

Resumo

A unidade de informação processos de obra particulares assume grande relevância no contexto da gestão da informação nos municípios portugueses, já que se trata da mais produzida pelos seus serviços e procurada, maioritariamente devido ao valor primário, pelos utilizadores destes arquivos. Tomando como ponto de partida um questionárioⁱ enviado em 2016 aos 308 municípios portugueses, sobre a respetiva gestão dos processos de obra particulares, obteve-se uma taxa de resposta de 87,5% no distrito de Faroⁱⁱ. Nesse sentido, apresentam-se e analisam-se os resultados alcançados nos municípios do Algarve, no que respeita à gestão desta unidade informacional, desde a sua produção, ou mesmo antes, até à sua comunicação.

Palavras-chave: Municípios do Algarve, arquivos municipais, gestão da informação, processos de obra particulares

Introdução

Considerando 18 indicadores estruturantes relativos aos processos de obra particulares nos municípios algarvios, apresenta-se o correspondente modelo de gestão em vigor.

Pretende-se contribuir para a interpretação dos sistemas e técnicas desta unidade de informação nos supraditos municípios, obtendo um quadro atual, representativo da realidade da mesma ao longo do seu ciclo de vida, com o objectivo de otimizar os serviços prestados, no âmbito da modernização administrativa e gestão da qualidade, que, por sua vez, se integram no direito de acesso à informação dos cidadãos.

Principais resultados

1) Tipo de participação no questionário:

Considerando os 16 municípios do Algarve, 12 responderam de forma positiva ao questionário solicitado, representando 75% do universo considerado.

Por outro lado, dois municípios (12,5%) fizeram-no de forma negativa, justificando a impossibilidade nesse matéria. Finalmente, dois municípios (12,5%) não responderam ao questionário.



2) Transferência da informação de obras para os arquivos municipais:

Embora com periodicidades distintas, 91% dos municípios transfere a sua informação de obras para os respetivos arquivos, por oposição aos 9% que não o faz.

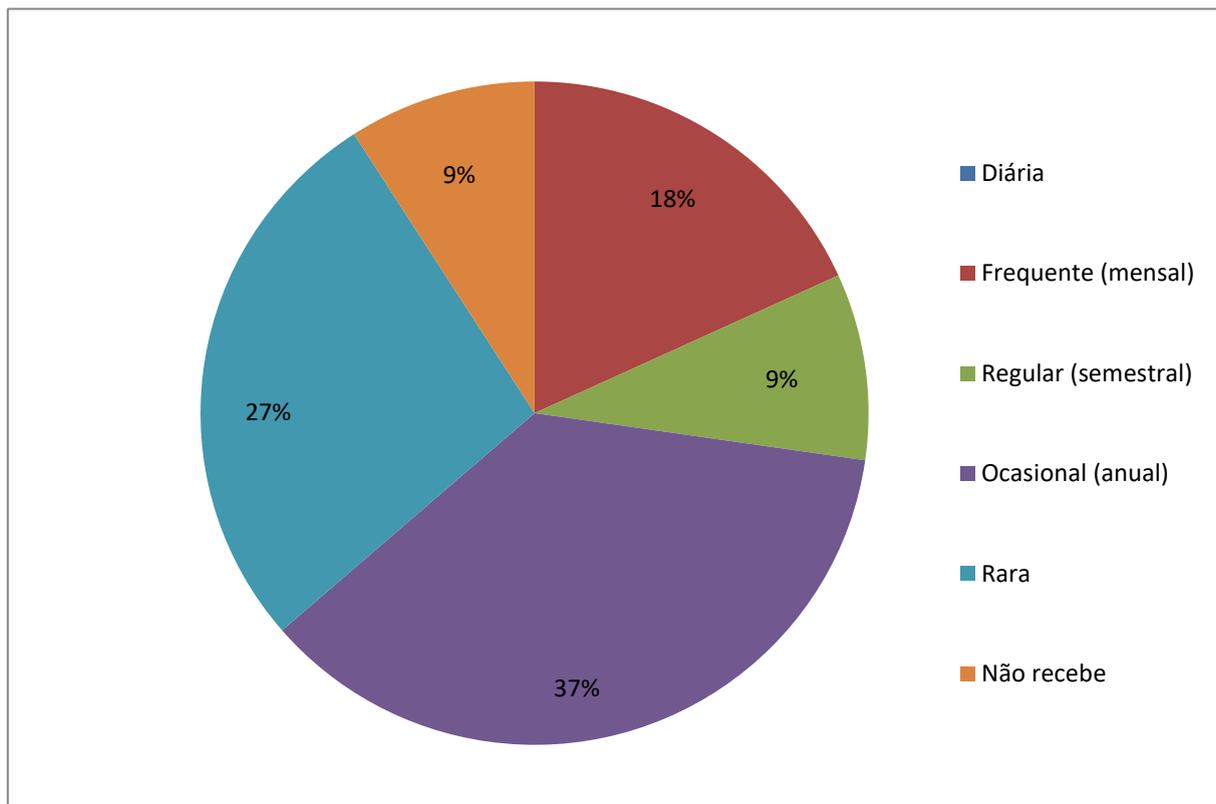


Figura 1: Transferência da informação de obras para os arquivos municipais

3) Receção da informação de obras:

Em 91% dos municípios as tarefas de receção da informação de obras estão centralizadas no serviço administrativo e em 9% descentralizadas por unidade orgânica.

4) Localização da informação de obras em fase corrente:

Quanto à localização da informação de obras em fase corrente, em observância à nomenclatura constante das respostas obtidas, esta encontra-se em 73% dos municípios centralizada no serviço administrativo e no Arquivo de Obras.

Em contrapartida, num total de 27% dos mesmos, com igual percentagem de 9%, esta informação situa-se em simultâneo no:

- Serviço administrativo e no Arquivo de Obras;
- Serviço administrativo, no Arquivo de Obras e no Arquivo Intermédio;
- Arquivo de Obras e no Arquivo Intermédio.

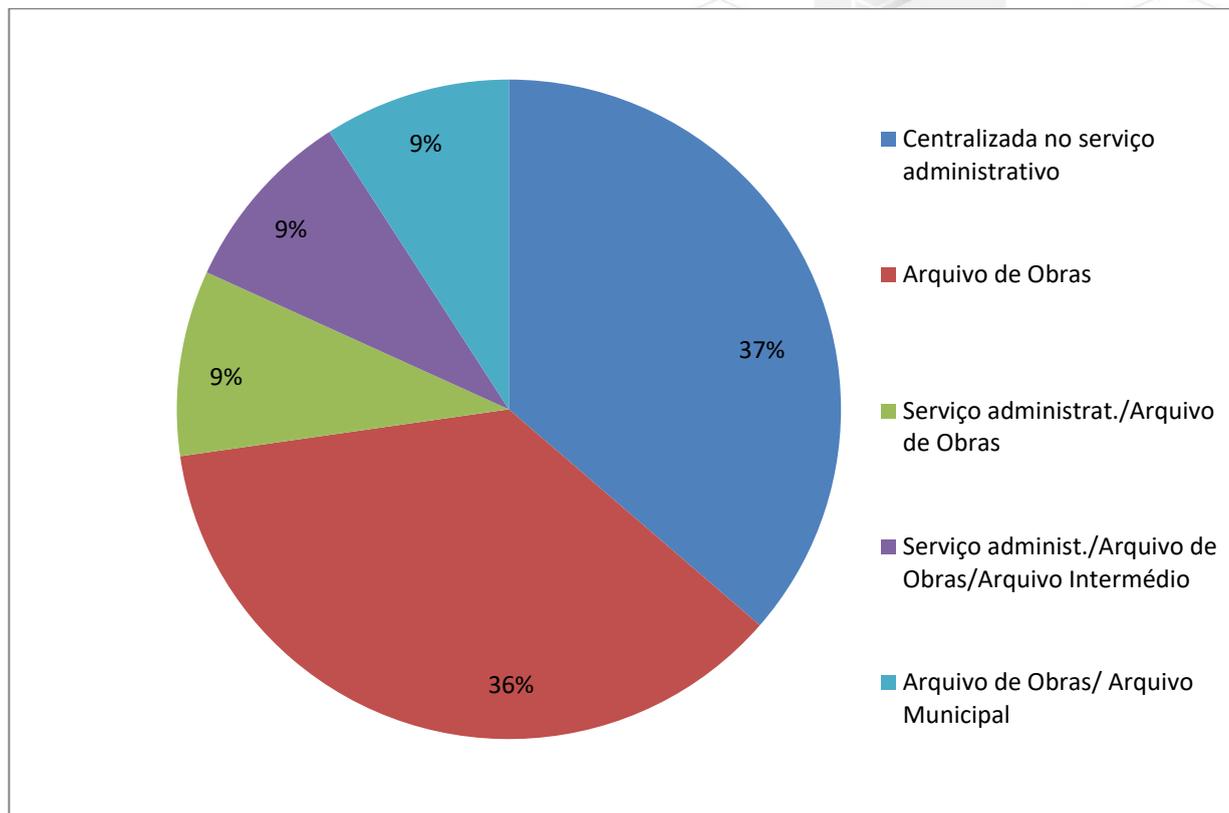


Figura 2: Localização da informação de obras em fase corrente

5) Gestão da informação de obras:

Em 63% dos municípios a gestão da informação é simultaneamente desenvolvida de forma digital e manual. Em 25% a mesma é efetuada exclusivamente em ambiente digital e em 12% apenas manualmente.

6) Avaliação da informação de obras em suporte digital:

No que respeita à avaliação da informação de obras em suporte digital, esta é executada em 45% dos municípios.

7) Forma de estabelecimento da política de gestão da informação de obras:

Em 46% dos resultados a política de gestão da informação de obras (recebida, produzida e expedida) é determinada a partir das propostas dos serviços produtores de informação e em 18% com base nas orientações da gestão de topo.

Por sua vez, com a mesma percentagem de 9%, perfazendo 36%, a política de gestão desta informação é definida a partir da:

- Análise dos processos de gestão e desenho dos fluxos de informação;
- Propostas dos serviços produtores de informação, análise dos processos de gestão e desenho dos fluxos de informação, e propostas dos serviços produtores de informação;
- Orientações da gestão de topo, propostas dos serviços produtores de informação, análise dos processos

de gestão e desenho dos fluxos de informação;

- Manual de Procedimentos e Manual da Qualidade.

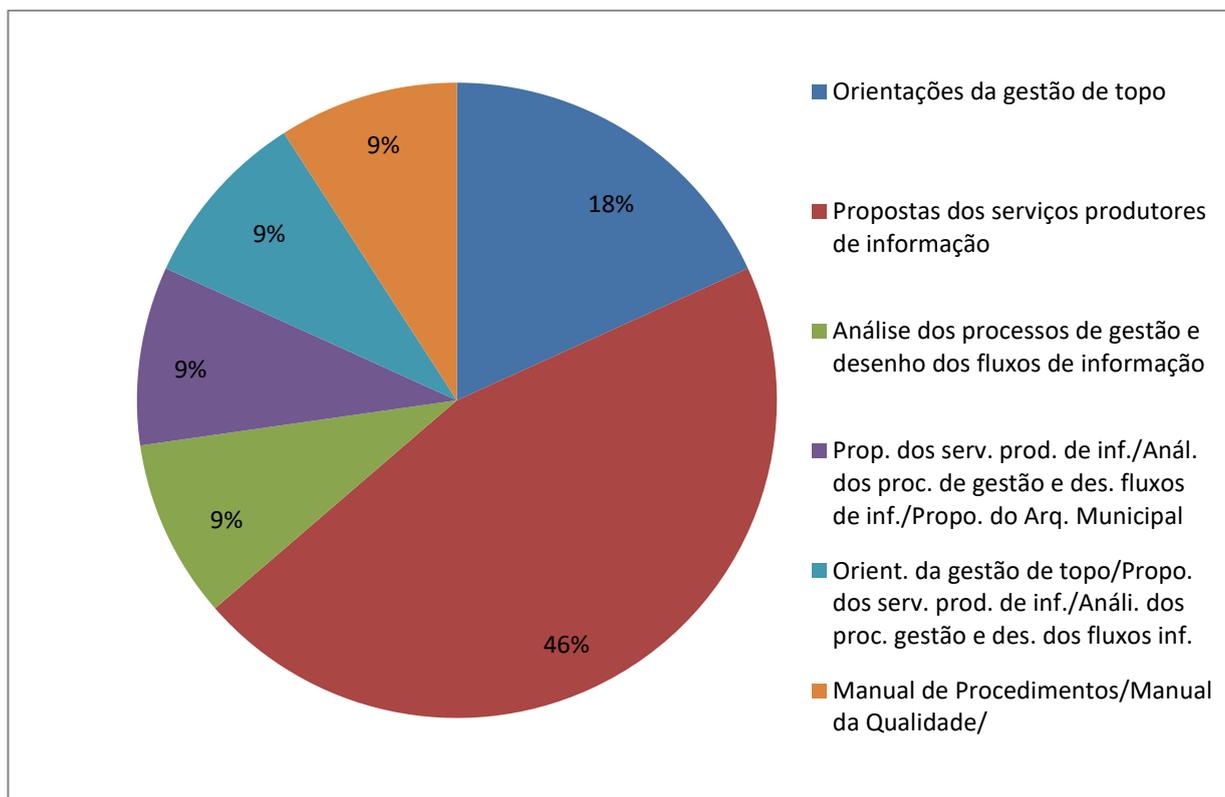


Figura 3: Forma de estabelecimento da política de gestão da informação de obras

8) Existência de um Arquivo de Obras e abertura ao público:

73% dos municípios possuem um Arquivo de Obras, sendo que 71% destes estão abertos ao público.

9) Número de colaboradores a desenvolver funções no Arquivo de Obras:

Nos arquivos de obras dos municípios do Algarve trabalham 53 colaboradores. Por seu turno, nos municípios onde não existe um Arquivo de Obras encontram-se 9 colaboradores afetos ao tratamento desta informação. Por conseguinte, 62 colaboradores dos municípios do Algarve desenvolvem as suas funções em relação direta com esta unidade de informação.

10) Responsabilidade da política de tratamento dos processos de obras particulares:

Em 73% dos municípios a incumbência da política de tratamento da unidade de informação processos de obra particulares cabe aos Serviços de Obras, ao passo que em 27% dos resultados a mesma é repartida com os respetivos arquivos municipais.

11) Critério de organização dos processos de obra particulares:

Em 82% dos municípios os processos de obra particulares são organizados por ordem numérica e em



18% de forma alfanumérica.

12) Unidade orgânica em que os processos de obra particulares acumulados se encontram dependentes:

Em 50% dos municípios os processos de obra particulares acumulados encontram-se dependentes hierarquicamente das divisões de Obras, Obras Particulares, Urbanismo, Gestão Urbanística, Planeamento e Gestão. Seguem-se, todos com 10%, diversas unidades orgânicas, como o Arquivo Municipal, o Arquivo de Obras, a Secção de Apoio Administrativo à Gestão Urbanística, os Serviços Administrativos do Departamento de Planeamento e Administração do Território e a Divisão de Cultura e Património Histórico.

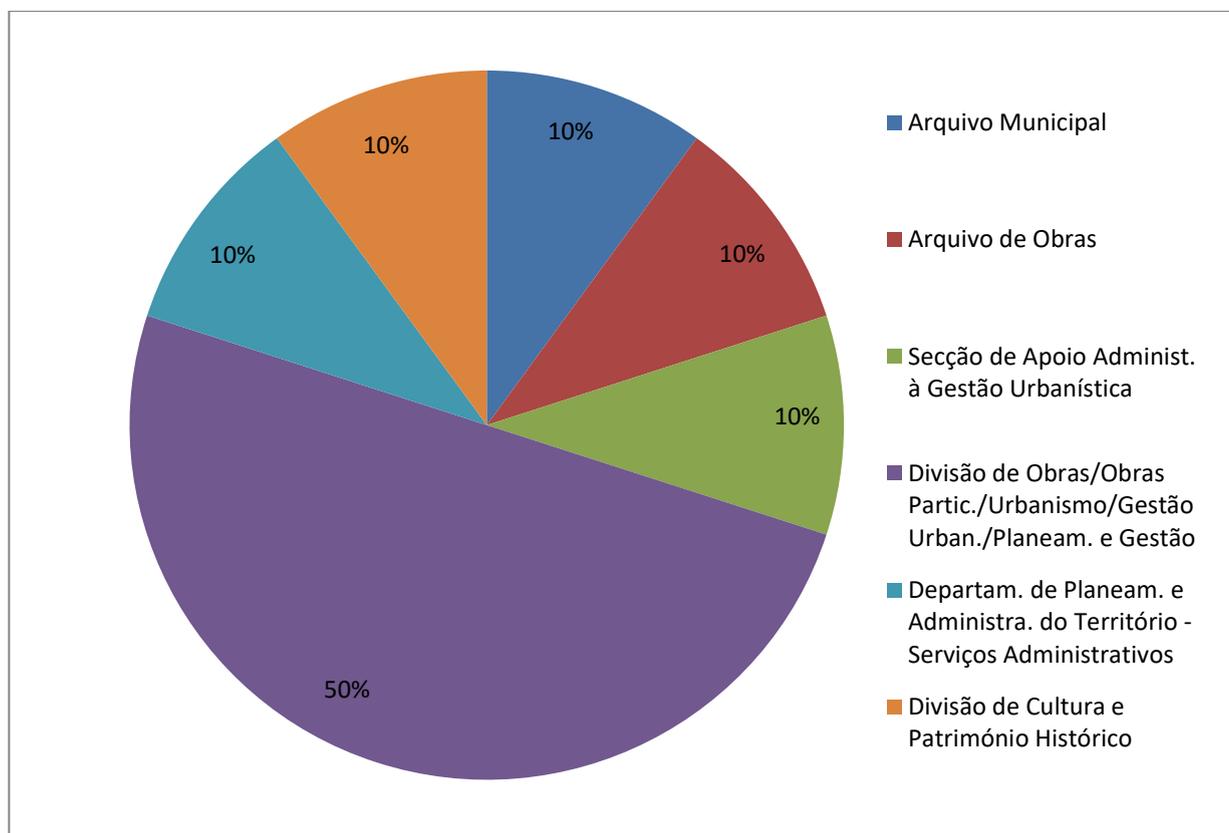


Figura 4: Unidade orgânica em que os processos de obra particulares acumulados se encontram dependentes

13) Destino final dos processos não licenciados ou que tendo sido licenciados o prazo de levantamento tenha expirado:

Em 91% dos municípios o destino final dos processos não licenciados ou que o tendo sido a data de levantamento tenha prescrito é o arquivamento. De outro modo, em 9% dos municípios as informações prévias indeferidas são *elimináveis de acordo com a legislação em vigor*.

14) Organização dos processos de edificação e construção:

73% dos municípios implementaram uma metodologia de organização dos processos de edificação e construção a partir de processos distintos para cada fim, como o licenciamento da obra, a publicidade, a utilização comercial, etc. Os demais 27% dos municípios organizam esta informação com base num



único processo para diferentes finalidades, como os supramencionados exemplos, reunindo toda a informação relativa ao mesmo edifício, tendo por base o número de polícia.

15) Desmaterialização dos processos de obra particulares:

Em 82% dos municípios efetua-se a transferência de suporte desta unidade informacional, ao contrário dos 18% que não o fazem.

16) *Software* utilizado para a desmaterialização dos processos de obra particulares:

O *software* mais empregado para a digitalização da unidade de informação processos de obra particulares é o SPO (Sistema de Processo de Obras), da AIRC (Associação de Informática da Região Centro), que tem entre os seus inúmeros clientes da Administração Pública e das empresas estatais 152 municípios (49.35% do total), com 82%, seguindo-se o X-arq, com 18%.

17) Higienização sistemática da informação de obras:

Em 55% dos municípios, independentemente do intervalo de tempo em que isso se verifica, procede-se à higienização sistemática dos processos de obra particulares. Ao invés, em 27% dos municípios este procedimento raramente ocorre. Por último, não se efetua a higienização da informação de obras em 18% dos municípios.

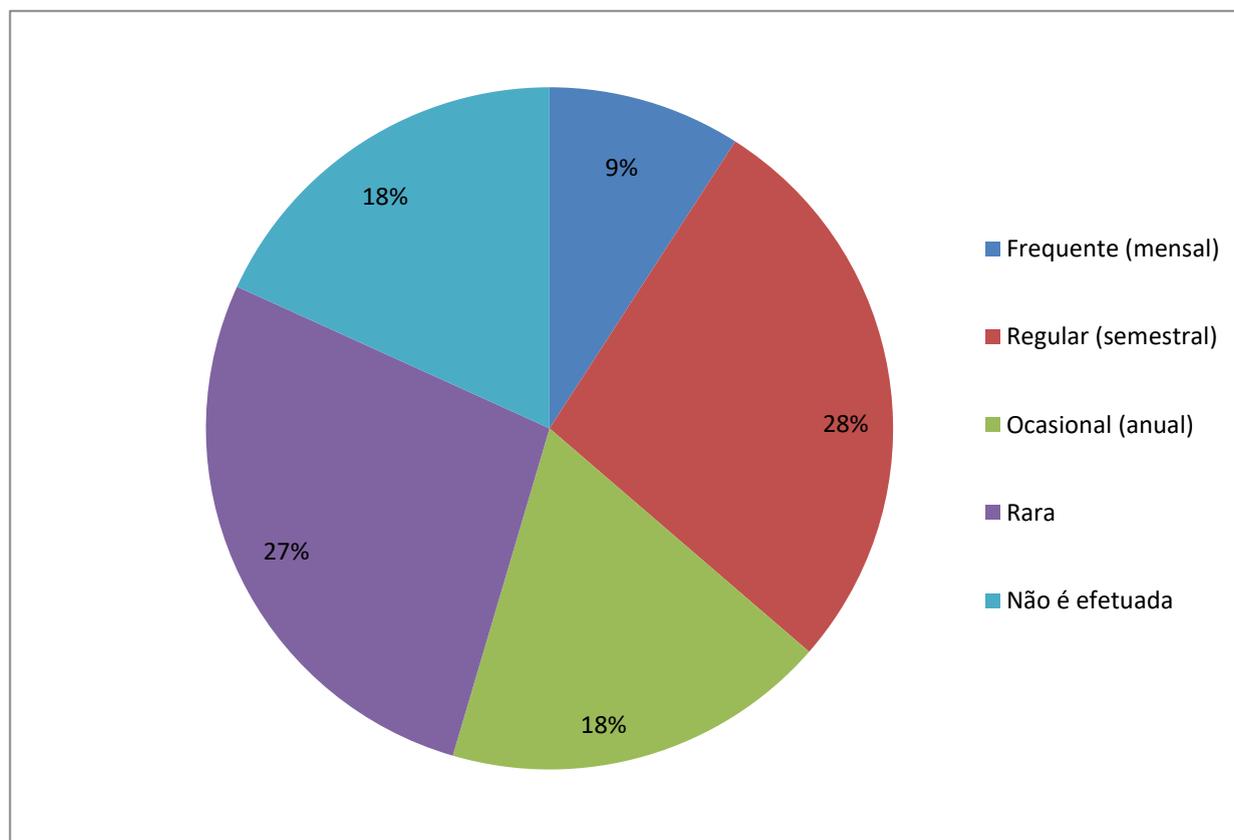


Figura 5: Higienização sistemática da informação de obras



18) Controlo ambiental da unidade de informação processos de obra particulares:

O controlo ambiental dos processos de obra particulares é efetuado em 27% dos municípios, não se verificando esse procedimento em 73% dos mesmos.

Conclusões

Conclui-se que os municípios do Algarve transferem regularmente a informação de obras para os seus arquivos. Por sua vez, a tarefa de receção desta informação encontra-se maioritariamente centralizada no serviço administrativo de cada município, o mesmo se verificando com a informação de obras em fase corrente, neste caso a par do Arquivo de Obras.

Quanto à política de gestão da unidade informacional processos de obra particulares esta é determinada, sobretudo, a partir das propostas dos serviços produtores de informação, sendo a sua política de tratamento responsabilidade predominante dos Serviços de Obras. Em metade dos resultados apurados as unidades orgânicas em que os processos de obra particulares acumulados se encontram dependentes são as divisões de Obras, Obras Particulares, Urbanismo, Gestão Urbanística, Planeamento e Gestão. A desmaterialização desta unidade de informação é uma aposta clara dos municípios algarvios, matéria em que o *software* SPO, da AIRC, detém uma posição hegemónica.

A metodologia mais implementada para a organização dos processos de obras particulares é a de processos distintos para cada fim, segundo o critério numérico. O destino final da quase totalidade dos processos não licenciados, ou que tendo sido licenciados o prazo de levantamento tenha terminado, é o arquivamento.

Verifica-se que a maior parte dos municípios do Algarve possui um Arquivo de Obras aberto ao público, com afetação significativa de colaboradores. Sempre que este serviço não existe o número de trabalhadores envolvidos na gestão desta unidade de informação aumenta quando comparado com o exemplo precedente.

Recomenda-se um maior investimento na gestão e, especialmente, avaliação da informação de obras em suporte digital. Por fim, apesar de cerca de metade dos municípios algarvios que responderam ao questionário proceder à higienização sistemática dos processos de obras particulares, é urgente desenvolver a sua conservação, nomeadamente no que respeita ao controlo ambiental (temperatura, humidade relativa, luminosidade e raios ultravioleta), nos diferentes espaços (sala de leitura, sala de trabalho e depósito) onde a mesma se encontra.

Referência Bibliográfica

BATISTA, Paulo Jorge dos Mártires (2017) – *La serie documental “expedientes de obra particulares” del municipio de Lisboa: Análisis de su sistema de gestión*. Alcalá: Facultad de Documentación. 972 p. Tese de doutoramento.

ⁱ O agradecimento ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, da Universidade de Lisboa, pelo apoio na elaboração do questionário enviado aos municípios portugueses, no âmbito da tese de doutoramento *La serie documental “expedientes de obra particulares” del municipio de Lisboa: Análisis de su sistema de gestión*, apresentada à Universidad de Alcalá, em 2017, da qual este *short paper* e a respetiva apresentação no 2.º Encontro BAD ao Sul resultam.

ⁱⁱ O reconhecimento aos Drs. Nelson Vaquinhas, do Arquivo Municipal de Loulé, e Nuno Marques, do Arquivo Municipal de Vila do Bispo, pela rápida resposta ao nosso pedido de colaboração, decisiva para alcançar a taxa de resposta mais elevada por distrito ao supracitado questionário efetuado aos municípios portugueses. O obrigado, também, a todos os profissionais dos arquivos municipais do Algarve que responderam de forma maciça e quase imediata ao referido inquérito